

A população negra em São Paulo: sobe para 5 milhões o número de pessoas que se reconhecem como pardos e pretos na cidade, segundo o Censo IBGE 2022

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças no perfil da população paulistana no quesito cor ou raça, de acordo com os dados do novo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2022, com ênfase para as alterações observadas para as categorias preta, parda e indígena, quando comparadas aos dados do censo anterior. Essas alterações revelam aspectos importantes tanto na percepção da população sobre sua identidade quanto na questão da definição metodológica de captura dessa realidade. Para isso, trabalharemos com os dados preliminares publicados em dezembro de 2023, agregados para o município.

A classificação de “cor ou raça” e suas categorias empregadas pelo IBGE têm uma cronologia que reflete a própria história das relações étnico-raciais brasileiras nos últimos dois séculos e vêm variando desde o primeiro censo realizado no Brasil, em 1870, conforme apresentado na página seguinte (quadro 1).

Ao longo dos censos já realizados, podemos observar o quanto a metodologia assumida pelo IBGE dialoga com o momento da organização social e política do país, bem como revela mudanças importantes no uso de concepções e terminologias, tais como hetero ou autodeclaração e pertencimento étnico. No período de 1890 a 1970, segundo Anjos (2013), “o quesito cor estava implícita ou explicitamente conectado à questão da miscigenação racial” e no final dos anos 1970 se fará presente a pressão de cientistas sociais e grupos ligados ao chamado “movimento negro” que solicitaram ao IBGE a reinclusão do quesito no Censo de 1980. Estes grupos irão apontar o quanto as informações censitárias eram essenciais para demonstrar que a “democracia racial” era um “mito”.

Neste contexto, em 2008 realizou-se pela primeira vez a Pesquisa das Características Étnico Raciais da População (PCERP)¹, a fim de contribuir para o aprimoramento e atualização dos instrumentais, possibilitando o diálogo constante com a realidade da população.

Os dados em 2022 foram coletados pelo IBGE a partir das cinco categorias já existentes em 2010, contando com uma alteração na abordagem para coletar a autodeclaração indígena, que trataremos mais adiante.

A investigação com as categorias de raça ou cor utilizadas no Censo 2022 começou em 1991, havendo uma única pergunta com cinco opções de resposta, nessa ordem: branca, preta, amarela, parda e indígena, sendo que somente a partir desta data, com a inclusão da categoria indígena, que o quesito passa a se chamar cor ou raça.

Neste Informe Urbano adotaremos a conceituação presente no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) que define como população negra “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2010). Além disso, o número de pessoas que não responderam à pergunta do questionário referente à autodeclaração de cor ou raça foi, no presente trabalho, denominado como “sem resposta”²; nos censos de 2000 e 2010 o IBGE usava o termo “sem declaração”, enquanto em 2022 utilizou-se o termo “ignorados”.

¹ “Investiga a identificação étnico-racial da população com o propósito de contribuir no estudo das diversas dimensões desse fenômeno, além de produzir subsídios para aprimorar o sistema de classificação da cor ou raça utilizado nas pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE”. (IBGE, [s.d.])

² Tais dados foram suprimidos dos gráficos, uma vez que os valores são insignificantes em relação aos das categorias de cor ou raça.

Quadro 1

Opções de categorias classificatórias do quesito cor ou raça ao longo da história dos censos demográficos brasileiros

CENSOS	COR / RAÇA (1)						
	Branca	Preta	Parda	Mestiça	Caboclo	Amarela	Indígena
1872	Presente	Presente, combinado à condição de livre/escravizado	Presente, combinado à condição de livre/escravizado	Ausente	Presente, compreende indígenas	Ausente	Ausente
1890	Presente, também entendido como resultado de mestiçagem	Presente, apenas para africanos ou nascidos no Brasil por uniões endogâmicas	Ausente	Presente, designa população originada da mistura de "pretos" com os contingentes migratórios "brancos". Não abrange pretos + caboclos nem pretos + mestiços	Ausente	Ausente	Ausente
1940	Presente	Presente	(2)	(2)	(2)	Presente	Ausente
1950	Presente	Presente	Presente, designando os que se declararam índios, mulatos, caboclos, cafuzos	Ausente	Ausente, incluído na categoria "pardo"	Presente	Ausente, incluído na categoria "pardo"
1960	Presente	Presente	Presente, designando "mulato, caboclo, cafuzo, etc." e indígenas vivendo fora dos aldeamentos indígenas	Ausente	Ausente, incluído na categoria "pardo"	Presente	Presente, designando apenas "indígenas vivendo em aldeamentos ou postos indígenas"
1980	Presente	Presente	Presente "para as diferentes de branca, preta, amarela, tais como mulata, mestiça, índia, etc."	Ausente, incluído na categoria "pardo"	Ausente	Presente "só para pessoa de raça amarela"	Ausente, incluído na categoria "pardo"
1991	Presente	Presente	Presente para "declarações diferentes de branca. Preta, amarela ou indígena, tais como mulata, mestiça, cabocla, cafuzo, mameluca, etc."	Ausente, incluído na categoria "pardo"	Ausente, incluído na categoria "pardo"	Presente	Presente, para os que vivem "dentro e fora do aldeamento"
2000 (3)	Presente	Presente	Presente, designando "pessoa que se enquadrar como parda ou se declarar mulata, cabocla, cafuzo, mameluca ou mestiça"	Ausente, incluído na categoria "pardo"	Ausente, incluído na categoria "pardo"	Presente, sendo "de origem japonesa, chinesa, coreana, etc."	Presente, tanto "para os que vivem em aldeamento, como as que vivem fora do aldeamento"
2010	Presente	Presente	Presente	Ausente	Ausente	Presente	Presente (com questões específicas)

(1) Não houve investigação do quesito "cor" no Censo de 1970; (2) Todas as categorias declaradas designando mestiçagem foram incluídas com um traço horizontal (*) na coleta (Camargo, 2010); (3) Quesito pesquisado apenas para a amostra.

Fonte: Anjos, 2013, pp. 108 e 109.
Elaboração: SMUL/GEOINFO.

2. A população negra na cidade de São Paulo: uma curva ascendente

No Censo de 2022, os dados revelaram a diversidade de identidades, com 88,2 milhões de pessoas se identificando como brancas (43,5%), 20,6 milhões como pretas (10,2%), 92 milhões como pardas (45,3%), 1,2 milhão como indígenas (0,6%) e 0,85 milhões como amarelas (0,4%). Estes números, fornecem uma visão abrangente da composição racial do país (tabela 1).

Tabela 1
Distribuição populacional por cor ou raça

Brasil
2022

Cor ou raça	População	%
Total	203.080.756	100,0
Branca	88.252.121	43,5
Preta	20.656.458	10,2
Amarela	850.130	0,4
Parda	92.083.286	45,3
Indígena	1.227.642	0,6
Sem resposta	11.119	0,0

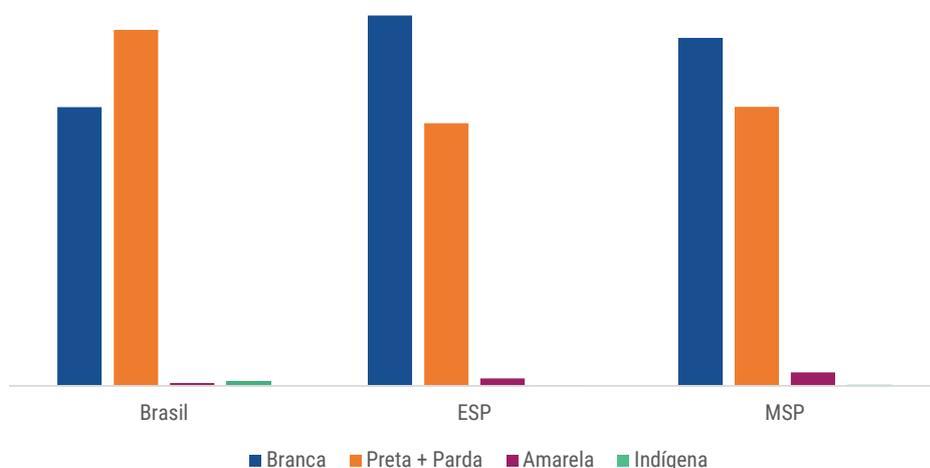
Fonte: Censo demográfico 2022: população por cor ou raça - resultados do universo (IBGE, 2023c).
Elaboração: SMUL/GEOINFO.

A população brasileira foi estimada em mais de 203 milhões de pessoas, sendo a categoria parda aquela mais populosa, com cerca de 92 milhões de cidadãos, representando 45,3% da população total. Este resultado assume um caráter histórico ao apontar pela primeira vez, desde o primeiro recenseamento no país (1872) e desde a implementação do quesito cor ou raça, a autodeclaração da população parda como maioria, revelando um Brasil majoritariamente pardo.

Essa mudança no dado de composição por cor ou raça, com a superação da população negra (55,5%) em relação à população branca (43,5%), para além da questão demográfica (nascimento ou morte de pessoas) reflete outros fenômenos sociais atinentes à composição estrutural brasileira (gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição percentual da população por cor ou raça

Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo
2022



Fonte: Censo demográfico 2022: população por cor ou raça - resultados do universo (IBGE, 2023c).
Elaboração: SMUL/GEOINFO.

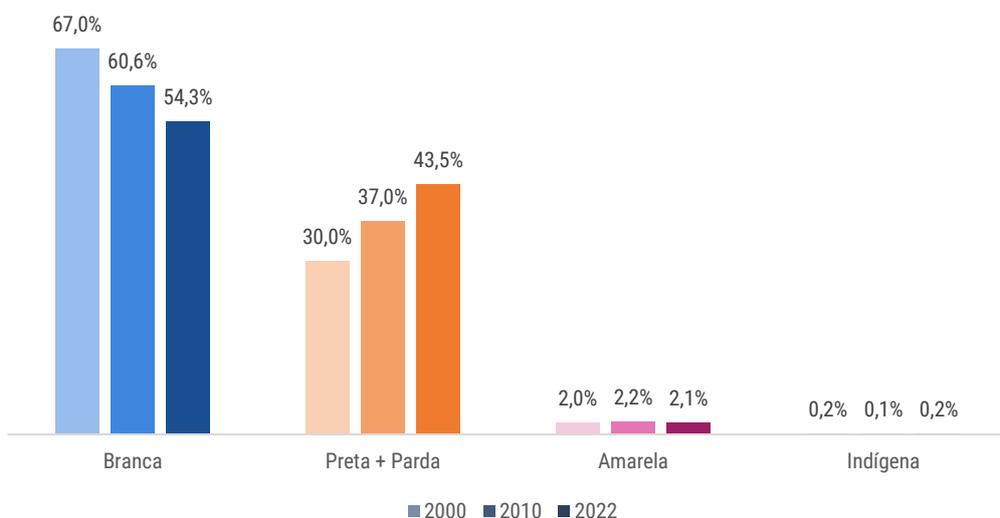
Um aspecto relevante para essa análise é a forma de coleta do dado em relação à cor ou raça: a autodeclaração étnico-racial. Trata-se de um processo em que a identificação de cor ou raça é declarada pelo próprio indivíduo recenseado, ao contrário da heteroclassificação, onde era o pesquisador quem indicava, a partir de sua percepção, em qual categoria o entrevistado se encaixava.

Inúmeros pesquisadores têm indicado a relevância dessa forma de coleta, evidenciada principalmente pelos movimentos negros brasileiros. Estes movimentos sociais questionaram o conceito de democracia racial brasileira, cunhada pelo pesquisador Gilberto Freyre (1933) que por várias décadas indicou ser essa uma sociedade igualitária, mesmo frente a indicadores sociais com extremas desigualdades e exclusões. Era o mito da democracia racial, que teve um grande aporte na política de branqueamento da nação promovida pelo Estado brasileiro no início do século XX. Na busca por uma população “branca” e “civilizada”, foi promovida a vinda de populações europeias ao Brasil, fomentando outras camadas de miscigenação entre diferentes grupos étnicos — em particular, europeus e afrodescendentes —, “projeto que envolvia eugeniação e a higienização social enquanto políticas públicas” (PETEAN, 2012).

A luta antirracista questionou a criação de classificações que hierarquizam miscigenações como mulato, caboclo, cafuzo, mameluco; padrões de beleza e modos de vida europeizados, bem como o uso de nomeações pejorativas para os tons de pele. Nesse sentido, a autodeclaração é pensada por esses movimentos como um instrumento de ressignificação da autopercepção da população, a partir de um trabalho de conscientização acerca da existência dos dispositivos de discriminação raciais, suas influências e determinações. Traz assim, para o cenário político social a presença, inclusive numérica, de outras existências não brancas, principalmente as indígenas e negras, que vêm incidindo na definição do perfil racial da população brasileira.

É neste contexto que na cidade de São Paulo, apesar de a população negra não ter ainda ultrapassado a população branca, observa-se uma curva ascendente, em constante crescimento do número de pretos e pardos quando comparados os dados dos três últimos censos (gráfico 2).

Gráfico 2
Distribuição percentual da população por cor ou raça
Município de São Paulo
2000, 2010 e 2022



Fonte: Censos demográficos de 2000, 2010 e 2022 - IBGE (2001b; 2012; 2023c).
Elaboração: SMUL/GEOINFO.

As categorias branca, pretos e pardos, desde que se iniciaram as coletas de dados oficiais no país, são as mais incidentes na distribuição da população paulistana, representando em torno de 98% do total. O percentual referente à população branca vem gradualmente diminuindo, de 67% do total

em 2000, para 60,6% e 54,3%, em 2010 e 2022, respectivamente. Tendência inversa à observada para a população negra, onde há um aumento de 30% em 2000 para 43,5% do total em 2022.

Em 2022, cerca de 5 milhões de pessoas se reconheceram como negros na cidade, representando um incremento em torno de 800 mil pessoas nos últimos doze anos e de 1,8 milhão em duas décadas, frente a um decréscimo da população branca de aproximadamente 600 mil pessoas entre 2010 e 2022 e pouco menos de 800 mil em duas décadas (tabela 2).

Tabela 2
Distribuição populacional por cor ou raça
Município de São Paulo
2000, 2010 e 2022

Cor ou raça	2000		2010		2022	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	10.434.252	100,0	11.253.503	100,0	11.451.999	100,0
Branca	6.988.908	67,0	6.824.668	60,6	6.214.422	54,3
Preta + Parda	3.133.315	30,0	4.169.301	37,0	4.980.399	43,5
Amarela	208.677	2,0	246.244	2,2	238.603	2,1
Indígena	18.692	0,2	12.977	0,1	17.727	0,2
Sem resposta	84.660	0,8	313	0,0	848	0,0

Fonte: Censos demográficos de 2000, 2010 e 2022 - IBGE (2001b; 2012; 2023c).
Elaboração: SMUL/GEOINFO.

3. A população indígena na cidade de São Paulo: das mudanças metodológicas à valorização de pertencimento étnico

Ao contrário do observado para o país, onde a população indígena quase que duplicou (de 817.963 em 2010 para 1.227.642 pessoas em 2022), em São Paulo a variação dessa população, no decorrer de duas décadas, não se altera fortemente, mantendo-se entre 0,1% e 0,2% do total de habitantes no município (tabela 2). Destaca-se a queda entre os anos de 2000 e 2010, de 18.692 para 12.977 pessoas; tendo, no entanto, um novo incremento em 2022, quando se tem 17.727 indígenas recenseados, valor muito próximo ao alcançado para o ano de 2000.

Essa variação detectada na cidade, entre os anos de 2000 e 2010, não foi investigada em detalhes e precisa ser colocada em um contexto temporal e sociopolítico mais amplo. É importante destacar que a partir do ano de 2010, o IBGE introduziu o Questionário Básico, que além do quesito cor ou raça, investiga a etnia e língua falada para os que se autodeclararam indígenas e, ainda, para os residentes em terras indígenas (TIs) que não se declaravam como tal, passou-se a fazer a pergunta “você se considera indígena?”. No Censo de 2022 esta pergunta foi ampliada também para pessoas indígenas não aldeadas, ou seja, que não residem em terras indígenas. Esta abordagem vem ao encontro das diretrizes constantes na Convenção nº 169³, da Organização Internacional do Trabalho, na qual os conceitos de autoidentificação e de grupo étnico são critérios fundamentais para determinar o pertencimento étnico e identitário desses povos e comunidades (IBGE, 2023b).

Assim como em todo o país, em São Paulo, esta mudança na abordagem dos recenseadores pode ter contribuído para aprimorar a captura do pertencimento étnico indígena dos respondentes não aldeados, resultando no incremento observado entre os anos de 2010 e 2022, de 36,6%. Deve-se ainda ser considerada a hipótese levantada por diversos pesquisadores que analisaram os primeiros resultados do censo para o país, de que nos próximos anos, “com o aprofundamento das investigações,

³ “A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho trata sobre Povos Indígenas e Tribais e foi adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 e entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991. No Brasil essa Convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e passa a vigorar a partir de 25 de julho de 2003 quando o país envia o instrumento de ratificação ao Diretor Executivo da OIT. [...] A Convenção 169 da OIT possui a definição de quem são os povos indígenas e tribais mencionados no documento, além de afirmar a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprias desses povos.” (ANTT, [s.d.])

será possível ter um panorama dos muitos fatores envolvidos, um dos quais é uma maior quantidade de pessoas se reconhecendo como indígenas no país ao longo das décadas, em um processo de valorização de pertencimento étnico”, como colocado por Ricardo Ventura Santos em entrevista (VARGAS, 2023).

Ainda que em termos relativos a presença indígena na cidade seja menor quando comparado aos demais grupos (0,2% do total da população paulistana), considerando em números absolutos, São Paulo está entre as dez cidades brasileiras com maior população indígena. Na capital paulista, assim como em parte das cidades brasileiras, os censos anteriores já demonstraram que a grande maioria das pessoas indígenas não residia nos territórios protegidos existentes em Perus e Parelheiros⁴.

As informações oriundas dos censos anteriores indicam uma grande diversidade de etnias residentes na cidade, não restringindo-se aos Guaranis, única etnia em territórios legalmente protegidos⁵. As demais etnias, que segundo Oliveira e Chagas (2022), representariam mais de 50 etnias em toda a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), encontram-se dispersas nas diferentes regiões da cidade.

4. População por faixa etária e raça: o impacto das desigualdades no envelhecimento

Os dados referentes à distribuição da população por cor ou raça nas faixas etárias trazem diferenças relevantes na composição da estrutura etária de cada categoria pesquisada. Destacam-se as significativas desigualdades no processo de envelhecimento, experienciado de forma diversa pelos grupos.

Tabela 3
Distribuição da população por cor ou raça nas faixas etárias

Município de São Paulo
2022

Cor ou raça	0 a 14		15 a 24		25 a 59		60 ou +		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	1.953.306	100,0	1.565.926	100,0	5.909.707	100,0	2.023.060	100,0	11.451.999	100,0
Branca	1.037.046	53,1	776.945	49,6	3.128.378	52,9	1.272.053	62,9	6.214.422	54,3
Preta + Parda	890.012	45,6	765.671	48,9	2.654.935	44,9	669.781	33,1	4.980.399	43,5
Amarela	23.002	1,2	20.476	1,3	116.360	2,0	78.765	3,9	238.603	2,1
Indígena	3.120	0,2	2.723	0,2	9.561	0,2	2.323	0,1	17.727	0,2
Sem resposta	126	0,0	111	0,0	473	0,0	138	0,0	848	0,0

Fonte: Censo demográfico 2022: população por cor ou raça - resultados do universo (IBGE, 2023c).
Elaboração: SMUL/ GEQINFO.

A partir da tabela 3 observa-se que, entre os mais novos, o número de pessoas negras e brancas é bastante próximo. Na faixa etária das crianças (0 a 14 anos), 53,1% delas são brancas e 45,6% são negras no município. Entre os jovens (15 a 24 anos) negros e brancos, os números são mais próximos ainda, sendo 765.671 e 776.945, respectivamente – o que equivale a 48,9 e 49,6% nesta faixa etária.

Já na faixa etária dos adultos (25 a 59 anos), comparando o número de pessoas negras e brancas observa-se um afastamento dos números em relação à faixa anterior, de forma que 44,9% dos adultos são negros e 52,9% são brancos – em números absolutos, 2.654.935 e 3.128.378, respectivamente.

Na faixa de 60 ou mais anos (idosos) a quantidade de pessoas brancas é quase o dobro da de pessoas negras, 1.272.053 e 669.781, respectivamente (ou 62,9 e 33,1%). A hipótese para explicar esta discrepância em relação às faixas anteriores pode estar nos apontamentos de Silva et al (2018) que, a partir da análise dos resultados do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE), indicam que as circunstâncias para o envelhecimento são mais favoráveis para os idosos brancos que para os negros, considerando indicadores sociodemográficos, de condições de saúde e de uso e acesso

⁴ Terras Indígenas regularizadas ou declaradas da etnia Guarani.

⁵ TI Guaraní da Barragem, Krukutu e Tenondé-Porã, em Parelheiros e Jaraguá (I e II), em Perus.

a serviços de saúde. Ocorre que as desigualdades são presentes desde o início da vida e vão se acumulando ao longo do tempo ao percorrer uma trajetória marcada pelas dificuldades de acesso às políticas públicas, aos serviços e direitos sociais básicos, que produz precariedades que para os idosos negros se acentuam e “assumem formas específicas e singulares de vulnerabilidade” (VIEIRA et al., 2023, p.11).

Tabela 4
Distribuição da população por faixa etária nas categorias de cor ou raça
Município de São Paulo
2010 e 2022

2010		Faixa Etária				Total
		0 a 14	15 a 24	25 a 59	60 ou +	
Total	Nº	2.336.636	1.833.916	5.744.813	1.338.138	11.253.503
	%	20,8	16,3	51,0	11,9	100,0
Branca	Nº	1.344.871	1.033.665	3.495.213	950.919	6.824.668
	%	19,7	15,1	51,2	13,9	100,0
Preta + Parda	Nº	961.143	768.302	2.113.064	326.792	4.169.301
	%	23,1	18,4	50,7	7,8	100,0
Amarela	Nº	28.075	29.558	129.448	59.163	246.244
	%	11,4	12,0	52,6	24,0	100,0
Indígena	Nº	2.496	2.334	6.898	1.249	12.977
	%	19,2	18,0	53,2	9,6	100,0
Sem resposta	Nº	51	57	190	15	313
	%	16,3	18,2	60,7	4,8	100,0

2022		Faixa Etária				Total
		0 a 14	15 a 24	25 a 59	60 ou +	
Total	Nº	1.953.306	1.565.926	5.909.707	2.023.060	11.451.999
	%	17,1	13,7	51,6	17,7	100,0
Branca	Nº	1.037.046	776.945	3.128.378	1.272.053	6.214.422
	%	16,7	12,5	50,3	20,5	100,0
Preta + Parda	Nº	890.012	765.671	2.654.935	669.781	4.980.399
	%	17,9	15,4	53,3	13,4	100,0
Amarela	Nº	23.002	20.476	116.360	78.765	238.603
	%	9,6	8,6	48,8	33,0	100,0
Indígena	Nº	3.120	2.723	9.561	2.323	17.727
	%	17,6	15,4	53,9	13,1	100,0
Sem resposta	Nº	126	111	473	138	848
	%	14,9	13,1	55,8	16,3	100,0

Fonte: Censos demográficos de 2010 e 2022 - IBGE (2012; 2023c).
Elaboração: SMUL/ GEOINFO.

Considerando a cor ou raça amarela, esse é um grupo em que a população é mais envelhecida, com 33% das pessoas na faixa 60 ou mais anos, tratando-se da maior proporção de idosos da cidade, seguida da categoria branca, com 20,5% do total de pessoas brancas com mais de 60 anos (tabela 4).

Já a população indígena, tem uma estrutura etária dentro do grupo que é semelhante à dos negros, em que não se observa uma população com grande número de idosos comparativamente aos outros grupos. As causas desta semelhança precisam ser mais bem investigadas, para entender condições específicas da população indígena em São Paulo, moradora em áreas urbanas, já que, em geral, ela está submetida ao mesmo grau de vulnerabilidade que a população negra. O que se pode apontar como

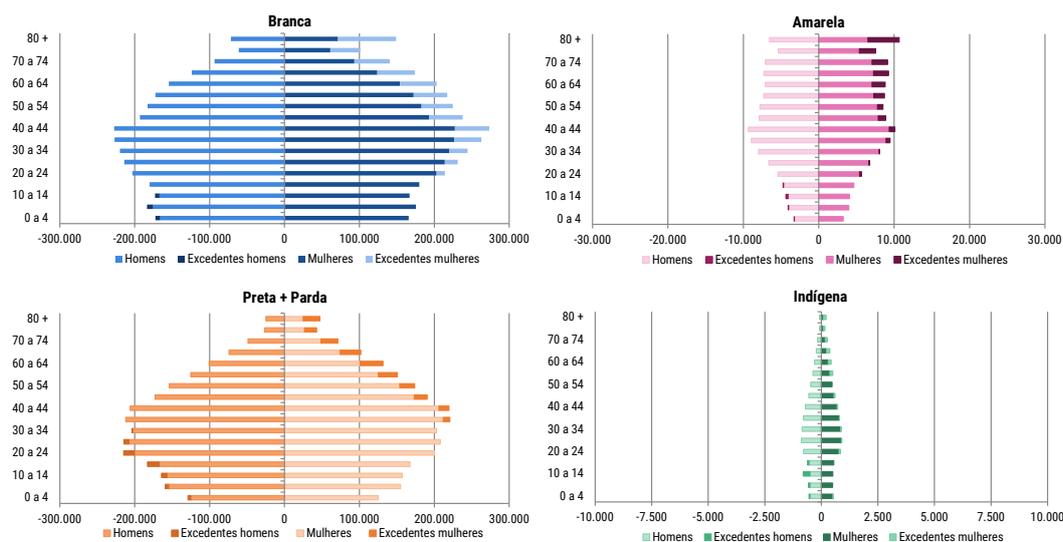
comum entre negros e indígenas são as desigualdades históricas, resultante de processos estruturais e institucionais que perpetuam exclusões e vulnerabilidades, as quais se refletem, dentre outros aspectos, também no processo de envelhecimento.

É importante observar que os indígenas têm uma perspectiva diferente sobre o envelhecimento em relação aos não indígenas, em que o idoso exerce um papel central na vida cotidiana da aldeia, onde é valorizado e respeitado, formando parte indispensável do tecido social. Como é dele o papel de perpetuar os saberes de seu povo para as gerações mais novas, mudanças no modo de vida destas pessoas quando migram para cidades podem desarticular esta tradição.

As proporções de cor ou raça dentro das faixas etárias em 2022 foram semelhantes às observadas em 2010 (tabela 4), não indicando mudança significativa na perspectiva do envelhecimento e as desigualdades características deste processo.

Uma forma de visualizar a relação entre as categorias de cor ou raça e a estrutura etária é a apresentação das pirâmides (gráfico 3), ilustrando a análise apresentada anteriormente. Destaca-se que as diferentes ordens de grandeza das categorias analisadas refletem na escala dos eixos horizontais das pirâmides etárias, de forma que elas devem ser observadas principalmente quanto aos seus formatos.

Gráfico 3
Pirâmides etárias por cor ou raça
Município de São Paulo
2022



Fonte: Censo demográfico 2022: população por cor ou raça - resultados do universo (IBGE, 2023c).
Elaboração: SMUL/ GEQINFO.

Todas as pirâmides etárias têm uma base mais estreita, indicando uma população mais jovem, encorpando nas idades adultas e afunilando nas faixas mais idosas. No caso das populações negra e indígena apresenta-se um formato que se diferencia consideravelmente em relação à branca e à amarela, de forma que afunilam mais na faixa etária dos idosos, reforçando as diferenças nos processos de envelhecimento apontadas anteriormente.

5. Considerações finais

Os primeiros resultados do Censo 2022 trouxeram algumas questões acerca dos dados sobre cor ou raça tanto no Município de São Paulo quanto no Brasil.

Os dados apontaram para uma mudança no perfil da população brasileira e paulistana, o que demanda do Poder Público não só a manutenção, como a criação de políticas públicas focadas em grupos étnico-raciais e faixas etárias específicas.

Nas últimas décadas, muitos foram os avanços na legislação brasileira e na promoção de políticas públicas setoriais, como os Estatutos do Idoso e do Adolescente, as ações afirmativas- como as políticas de cotas raciais para o acesso às universidades e aos concursos públicos-, a criação de políticas de saúde e educação específicas para a população negra e indígena, além de outras para população idosa, como citadas no Informe Urbano nº 63- “São Paulo supera a marca de 2 milhões de idosos” (SÃO PAULO, pp. 6 e 7, 2024).

Em São Paulo, existem estruturas institucionais específicas, ligadas à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, entre as quais estão a Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, as de Políticas para a Pessoa Idosa e para a Juventude e dos Povos Indígenas. Há também conselhos municipais específicos, sendo que no caso dos idosos, criou-se o Fundo Municipal do Idoso (2012), que tem como objetivo financiar projetos complementares às políticas públicas municipais existentes, apresentadas por organizações da sociedade civil e por organizações governamentais, por meio da celebração de termos de fomento ou convênios.

Na área da saúde, desde 2013, foi criada a Área Técnica da Saúde da População Negra, na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e em 2020, através da Lei nº 17.406/2020 (SÃO PAULO (CIDADE), 2020) foi instituída a Política Municipal de Saúde Integral da População Negra, já que dados da SMS apontam para uma maior incidência de algumas enfermidades e condições de saúde neste grupo (SÃO PAULO (CIDADE), 2015). No caso da população indígena, a atenção à saúde é prestada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que é responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Mas sua atuação é restrita as aldeias, não sendo estendida aos indígenas não aldeados. Esta realidade denota atenção sobre a invisibilidade desta parcela da população indígena, que não é beneficiária de políticas públicas específicas. Segundo a Articulação Nacional de Povos Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes, esta realidade ficou ainda mais explícita durante a pandemia de COVID-19. Ela aponta também para o drama da moradia, já que fora das TIs, não lhes é garantido o direito e o acesso à terra e a moradia digna.

Os resultados apontados neste Informe Urbano demonstram a importância da coleta de dados da população por categoria de cor ou raça, já que ela é um importante marcador de desigualdades sociais e territoriais, reforçando a necessidade de políticas públicas que tenham como objetivo diminuir estas desigualdades e combater o racismo, para que as populações negra e indígena consigam atingir idades mais avançadas e com maior qualidade de vida. Também sinalizam quais populações devem ser priorizadas em outras políticas setoriais, em especial as de moradia e de adaptação e enfrentamento aos desastres, que serão cada vez mais intensificados pelas mudanças climáticas, considerando que estas populações já são hoje as mais vulneráveis.

Esta análise deverá ser ampliada com a divulgação dos dados desagregados, que permitirão estabelecer recortes territoriais específicos que, quando cruzados com outros dados, devem fornecer um panorama das distintas realidades existentes na cidade, bem como indicar necessidades de manutenção, mudanças ou criação de novas políticas públicas, que façam frente aos enormes desafios postos nas próximas décadas para o Poder Público e sociedade como um todo.

Referências

ANJOS, Gabriele dos. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. FEE Indicadores Econômicos, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 12 abr. 2013. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/download/2934/3163>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Governo Federal. Convenção nº 169 da OIT: povos indígenas e tribais. Povos Indígenas e Tribais. [s.d.]. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (org.). Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Cap. 10. p. 220-254. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=244323>. Acesso em: 08 abr. 2024.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios- resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/85/cd_2000_caracteristicas_populacao_domicilios_universo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. Censo demográfico 2000: microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2001b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Microdados/SP.zip. Acesso em: 14 jan. 2024.

_____. Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios- resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra- microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/SP2_RM.zip. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. Censo demográfico 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade- resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

_____. Censo demográfico 2022: indígenas- primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. 193 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

_____. Censo demográfico 2022: população por cor ou raça- resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Populacao_por_cor_ou_raca_Resultados_do_universo/Tabelas_selecionadas/. Acesso em: 10 jan. 2024.

_____. PCERP- Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População- 2008: o que é. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas/9372-caracteristicas-etnico-raciais-da-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 16 maio 2024.

LICIA OLIVEIRA. Radis Comunicação e Saúde. O racismo que se perpetua na velhice: o que pensa o recém-nomeado Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre da Silva, sobre envelhecimento da população negra. 2023. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/entrevista/trajetorias-negras/o-racismo-que-se-perpetua-na-velhice/>. Acesso em: 06 maio 2024.

OLIVEIRA, Robson da Silva; CHAGAS, Daniela dos Reis. Povos indígenas na região metropolitana de São Paulo: lutas e resistências no espaço urbano. Caminhos de Diálogo, [S. l.], v. 10, n. 16, p. 100–112, 30 jun. 2022. Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUCPR. DOI: 10.7213/cd.a10n16p100-11. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/28958>. Acesso em: 21 maio 2024.

PETEAN, Antonio Carlos Lopes. O racismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade. Revista Eletrônica Cadernos de História, ano 7, n. 2, dezembro de 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/cadernosdehistoria/article/view/5476/4048>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PETRUCCELLI, José Luis; SABÓIA, Ana Lúcia (orgs.) Características Étnico-raciais da População: classificação e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação – CEInfo. GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea; NEVES, Helio; LIRA, Margarida M. T. A.; NAZÁRIO, Clarissa de Lacerda; CASTRO, Iracema Ester do Nascimento; FREITAS, Marina de; SANTOS, Patrícia Carla dos. Aspectos da questão étnico-racial e saúde no Município de São Paulo. Boletim CEInfo Análise, Ano X, nº12/2015. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2015. 60 p. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/BoletimCEInfoAnalise12.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. São Paulo supera a marca de 2 milhões de idosos. Informes Urbanos 63. ed. São Paulo: PMSP, 2024. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/63_IU_CENSO_MUNICIPIO_IDADE.pdf. Acesso em: 06 maio 2024.

SILVA, Alexandre da et al. Iniquidades raciais e envelhecimento: análise da coorte 2010 do Estudo Saúde, Bem-estar e Envelhecimento (SABE). Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180004.supl.2>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/5pkvYctZXXwWFXHMTbfYrfp/?lang=pt#>. Acesso em: 01 abr. 2024.

VARGAS, Tatiane. Censo 2022: pesquisador da ENSP comenta resultados recém-divulgados sobre os povos indígenas. Informe ENSP-Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/54388>. Acesso em: 15 abr. 2024.

VIEIRA, Priscila Pereira Faria et al (org.). Envelhecimento e desigualdades raciais. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, 2023. 64 p. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/06/desigualdades_envelhecimento_relatorio.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL

Elisabete França

Coordenadoria de Produção e Análise de Informação - Geoinfo

Silvio Cesar Lima Ribeiro

Divisão de Análise e Disseminação de Informação

Steffano Esteves de Vasconcelos

Elaboração

Beatriz Cervino Milla

Luana Baracho (estagiária)

Marcos Toyotoshi Maeda

Patrícia Marra Sepe

Rosemeire de Almeida

Revisão

Ana Júlia Domingues das Neves Brandão

Lara Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo

Amanda Mendes de Sousa

Diagramação

Marcio de Oliveira Soares

Tabelas, gráficos e mapas



http://smul.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos

informesurbanos@prefeitura.sp.gov.br